

KUPFER, D. O Velho Normal. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 07/12/2015. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/o-velho-normal.ghtml>

O Velho Normal

07/12/2015

A expressão "novo normal", surgida em 2009, no pós-crise financeira global, buscava traduzir uma percepção generalizada entre os economistas de que a vida econômica se organizaria na forma de um novo arranjo que em nada reproduziria os fundamentos vigentes até então. Particularmente no EUA, onde o termo ganhou grande popularidade, percebia-se a configuração de um novo padrão de crescimento anêmico, dotado de pouca capacidade de criação de postos de trabalho e, simultaneamente, caracterizado por lenta evolução da produtividade.

Mais recentemente, a expressão “novo normal” reapareceu, agora aplicada à China. O novo normal chinês é a prevalência de taxas de crescimento moderadas, convergindo para 5% ao ano ou menos, no lugar das exuberantes taxas acima de 10% a.a anteriores. Seja nos EUA, seja na China, seja onde for, o novo normal está ligado a mutações de vulto no funcionamento da economia, que provocam transformações pesadas nas diretrizes da política econômica praticadas nesses países.

Enquanto isso, no Brasil, dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, divulgados a um par de dias, dão conta de que a indústria recuou 0,7% em outubro passado ante o mês anterior, valor ainda pior do que era esperado. Com isso a previsão - ou seria esperança - de que o terceiro trimestre tivesse sido o da chegada ao fundo do poço não se concretizou. O resultado é que no ano de 2015 a produção industrial já acumulou um tombo de 7,8% - ou uma retração de 11,2% na comparação com igual período de 2014. São agora nove trimestres consecutivos de retração industrial sem que se anteveja quando e, principalmente, como vai se dar a recuperação da atividade.

Continuar fazendo o que não deu certo no presente ou voltar a fazer o que tampouco havia dado certo no passado?

Será esse o novo normal brasileiro? Certamente, não. Aqui no Brasil vive-se o "velho normal". Dá até para sentir o cheiro do final da década de 1980 no ar. Antigos dilemas de política econômica, agravados por profundos impasses políticos, estão jogando novamente o país em um quadro de anomia para o qual não se consegue enxergar qualquer rota consistente de saída. Continuar fazendo o que não deu certo no presente ou voltar a fazer o que tampouco havia dado certo no passado? Essas são as alternativas propostas pelo “velho normal”.

As origens da profunda crise industrial não são difíceis de serem encontradas. De fato, são claros os sinais de esgotamento da estratégia de desenvolvimento adotado pelo Brasil a partir de 1994, estratégia essa apoiada em âncora cambial, integração financeira internacional e superávit primário, em convívio com programas de transferência de renda consistentes com o espaço fiscal residual disponível.

É claro que nesses vinte anos de percurso o modelo atravessou diferentes fases e, porque não enfatizar, vestiu diferentes roupagens. Porém, é inegável que a sua essência manteve-se preservada. O superciclo de commodities da década passada potencializou essa arquitetura e propiciou níveis de valorização cambial maiores, integração financeira mais profunda, transferências de renda mais intensa (salário mínimo e bolsa família) e superávit fiscal sustentado. Esse idílio durou até 2008, quando a crise decretou a chegada do “novo normal” mundo afora, mas não aqui no Brasil. Em 2010, o modelo recebeu uma visita da saúde que, dizem, acomete os pacientes em estado terminal, e vem se desfazendo ano após ano desde 2011.

As linhas mestras de um “novo normal” da economia brasileira são muito difíceis de antever. Há quem diga que a atual crise é diferente porque não se consegue enxergar uma saída. Mas há um silogismo aqui; se a saída fosse conhecida, não haveria crise. O que caracteriza uma crise econômica não é a estagnação ou mesmo a recessão. Isso é o ciclo. Crise é imprevisibilidade.

A história ensina que a superação de qualquer crise requer a liquidação dos passivos acumulados no ciclo anterior. A interdição do debate imposta pela radicalização do processo político levou o país a deixar grandes questões em “fermentação”. É esse enorme passivo que será necessário repactuar para que sejam dadas as condições para a retomada.

Sem significar ordem de importância, é necessário, primeiro, rever o Pacto Federativo e viabilizar uma reforma do sistema tributário que, mesmo que de forma gradualista, o torne menos regressivo, mais descentralizado e mais pró-produção. Segundo, é igualmente imperioso reconstruir o Pacto Público-Privado, por meio do redesenho das relações Estado-mercado e de seus inúmeros marcos regulatórios de modo a propiciar uma forte retomada da capacidade de investimento em capital fixo do setor público e das empresas. Terceiro, é imprescindível reformular o Pacto Capital-Trabalho com o intuito de modernizar as formas de contratação e assalariamento sem comprometer direitos trabalhistas e sem transferir todo o ônus dessa reestruturação para a classe trabalhadora. E, quarto, é vital que o Pacto Social seja restabelecido, ressolidarizando a sociedade em torno de um projeto de desenvolvimento inclusivo capaz de conciliar de objetivos de crescimento e de bem-estar; e não um ou outro.

Há, de fato, muito por fazer. Essa enorme engenharia política terá de ser conduzida diretamente pela sociedade organizada já que a atual legislatura perdeu quase toda, senão toda, a capacidade de liderar um processo de tal envergadura. O modelo do chamado presidencialismo de coalização, que por si só já é péssimo, degenerou para uma coalizão de presidentes, quer dizer, um regime político no qual os Presidentes da República, da Câmara, do Senado e do STF duelam todo dia, o dia todo, pelos seus espaços de poder. Menos mal que mantendo as regras constitucionais. Pelo menos até aqui. Feliz ano velho para todos nós.

David Kupfer é diretor do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ). Escreve mensalmente às segundas-feiras. E-mail: gic@ie.ufrj.br.